



PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO
Nº 2322000129

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE SEGURANÇA INFORMÁTICA NAS CAMADAS
APLICACIONAL E DE BASE DE DADOS BASEADAS EM TECNOLOGIA ORACLE**

Artigo 1.º

Identificação e objeto do concurso

1. O presente concurso limitado por prévia qualificação, nos termos do art.º 162º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, tem por objeto principal a aquisição de serviços de consultoria de segurança informática nas camadas aplicacional e de base de dados baseadas em tecnologia Oracle.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotado pelo Regulamento (CE) nº 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) nº 213/2008 de 28 de novembro de 2007, o presente procedimento tem a seguinte classificação: **CPV n.º 72266000-7 - Serviços de consultoria em matéria de software.**
3. Nos termos do n.º 4 do artigo 35.º A do CCP comunica-se que foi consultada a empresa Oracle Portugal, para a determinação do preço base.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante é o Instituto de Informática, I.P. (doravante “II, I.P.”), com sede na Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, n.º 17, Edifício Ciência I, em Porto Salvo, no Concelho de Oeiras, com o telefone 214 230 000, com o fax 214 230 001 e com o endereço de correio eletrónico ii-ao-contratacao@seg-social.pt.
2. A plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante encontra-se disponível através do endereço eletrónico **www.acingov.pt**.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, datada de 17/08/2023, foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo do II, I.P., ao abrigo do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

Artigo 4.º

Competências delegadas no júri


O Júri do procedimento é o órgão competente para a prestação de esclarecimentos, por delegação de competências do Conselho Diretivo concedida nos termos da deliberação deste Órgão, datada de 17/08/2023.

Artigo 5.º

Atos que condicionam a contratação

O presente procedimento foi precedido pelos seguintes atos da Administração:

1. O presente procedimento foi precedido do parecer favorável da AMA, I. P., de 24/08/2023, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio.

- 
2. Em cumprimento da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro foi recebido em 22/08/2023, *email* do DGAEP com indicação de que “não existem trabalhadores em situação de requalificação com o perfil identificado”.
 3. Por deliberação do Conselho Diretivo de 17/08/2023, foi autorizada a assunção dos encargos orçamentais decorrentes do contrato de aquisição serviços de consultoria de segurança informática nas camadas aplicacional e de base de dados baseadas em tecnologia Oracle.

Artigo 6.º

Peças do procedimento – consulta

1. As peças do procedimento encontram-se integralmente disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública a que se refere o artigo 2.º desde a data de publicação do anúncio de concurso no Diário da República até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento bem como apresentar proposta, bastando, para o efeito aceder à plataforma Acingov, efetuando o registo no sítio eletrónico acima indicado.

Artigo 7.º

Modelo de qualificação dos candidatos

A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples.

Artigo 8.º

Requisitos mínimos e obrigatórios de capacidade técnica e financeira

1. Para o efeito de qualificação para o presente concurso, os candidatos devem, sob pena de exclusão, preencher, cumulativamente, os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira constantes dos números seguintes.
2. Para o efeito de qualificação para o presente concurso, os candidatos devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos mínimos de **capacidade técnica**:
 - 2.1. Ter já executado ou estar ainda a executar, nos três últimos anos a contar da data-limite para a apresentação das candidaturas, um ou mais contratos de prestação de serviços:
 - i) Que, no seu conjunto, tenham determinado a realização de **tarefas** semelhantes às descritas no ponto 2 do Anexo II do Caderno de Encargos, em especial:
 - Otimização de performance;
 - Implementação de boas práticas Oracle, na exploração das plataformas de Base de Dados e respetivas ferramentas de segurança;
 - Encriptação da Base de Dados, recorrendo designadamente às ferramentas Oracle Advanced Security, Audit Vault e DataBase Vault;

- Revisão e suporte na aplicação de patches Oracle, em especial patches de segurança críticos;
 - Apoio urgente na resolução a incidentes graves (Service Requests P1); e
- ii) Cujas soma dos preços contratuais seja igual ou superior a 50 mil euros, valor sem IVA.

2.2. Certificação válida de Segurança pela Autoridade Nacional de Segurança com a Marca Nacional e Grau Confidencial ou superior para candidatos nacionais ou Certificação de Segurança com Marca EU e Grau Confidencial ou superior para os outros candidatos do espaço comunitário nos termos da Decisão n.º 2013/488/EU de 23 de setembro.

3. Para o efeito da fixação do requisito mínimo de **capacidade financeira** previsto no n.º 4 do artigo 164.º do Código dos Contratos Públicos, a satisfazer pelos candidatos, a expressão matemática é a seguinte:

$$V \times t \leq R \times f$$

Sendo:

- V - Preço base constante do nº 3 do artigo 12.º do caderno de encargos;
- t - Taxa de juro *Euribor*, a seis meses, com três casas decimais, acrescida de 200 pontos base, divulgada no sítio do Banco de Portugal, à data da publicação do anúncio do concurso no *Diário da República*;
- R - O valor médio dos resultados operacionais do candidato nos últimos três exercícios concluídos, calculado através da seguinte função:

$$R = \frac{\sum_{i=1}^3 EBITDA(i)}{3}$$

em que:


EBITDA (i) = Resultado obtido através do seguinte cálculo com recurso aos valores contidos nos seguintes campos das declarações de IES:

A5020 Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) + A5018 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização + A5011 (Provisões (aumentos e reduções).

i1, i2 e i3 = três últimos exercícios concluídos.

Notas:

- No caso de candidatos com contabilidade organizada nos termos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) criado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, definidos como previsto no anexo n.º 2 à Portaria nº 220/2015, de 24 de julho ou em outro normativo que legalmente lhe suceda;

- 
- b) No caso de candidatos com contabilidade organizada nos termos do Plano Oficial de Contabilidade (POC) criado pelo Decreto-Lei nº 47/77, de 7 de fevereiro, os proveitos operacionais deduzidos das reversões de amortizações e ajustamentos e dos custos operacionais, mas sem inclusão das amortizações, dos ajustamentos e das provisões, apresentados pelo candidato no exercício i , sendo este um dos três últimos exercícios concluídos, desde que com as respetivas contas legalmente aprovadas;
 - c) O fator f constante da expressão matemática acima identificada é 5.
- 4. No caso de o candidato se ter constituído há menos de três exercícios, para efeitos do cálculo de R só são tidos em conta os resultados operacionais do candidato nos exercícios concluídos, sendo o denominador de função adaptado em conformidade.
 - 5. No caso de os valores de faturação serem expressos noutra moeda, tomar-se-á, para efeito de verificação do requisito previsto no n.º 3 do presente artigo, o respetivo contravalor em Euros, calculado com base na taxa indicativa do Banco Central Europeu vigente no último dia de cada um daqueles exercícios.

Artigo 9.º

Capacidade técnica e financeira em agrupamentos de candidatos

- 1. No caso de o candidato ser um agrupamento, considera-se que preenche os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira previstos no artigo anterior, desde que, relativamente a cada requisito, algum dos membros que o integram o preencha individualmente.
- 2. O requisito previsto no ponto 2.1 do artigo 8º não pode ser preenchido conjuntamente

Artigo 10.º

Documentos destinados à qualificação dos candidatos

- 1. A candidatura deve ser constituída pelo documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP, nos termos das Instruções aprovadas pelo Regulamento de Execução nº 2016/7, de 5 de janeiro de 2016), elaborado online (por carregamento do ficheiro “espd-request.xml”, de acordo com as seguintes regras:
 - i. O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - ii. No caso da apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra;
 - iii. Deve ser enviado em ficheiro com a designação “AnexoDEUCP_[designação_concorrente].pdf”.
- 2. No documento referido no número anterior, o candidato declarará os elementos necessários à verificação dos requisitos de capacidade técnica e financeira mencionados no artigo 8º.
- 3. Todos os documentos que constituem a candidatura devem ser redigidos em português.

Artigo 11.º

Prazo para a apresentação das candidaturas

As candidaturas devem ser apresentadas até às **23:59:59** horas do **30.º** dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 12.º


Modo de apresentação das candidaturas

1. Cada um dos documentos que constituem a(s) candidatura(s) nos termos do artigo 10.º devem ser assinados eletronicamente antes de carregados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 2.º.
2. Depois de carregados todos os ficheiros referidos no número anterior e preenchido o formulário disponibilizado automaticamente pela plataforma eletrónica, os candidatos devem assinar a candidatura antes do momento da respetiva submissão/envio.
3. A assinatura eletrónica referida nos números anteriores deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do candidato.
4. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 2.º de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
5. No caso de a candidatura ser apresentada por um agrupamento candidato, a assinatura eletrónica a que se referem os n.os 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum designado nos termos do n.º 2 do artigo 168.º do CCP, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.os 3 e 4 deste artigo.

Artigo 13º

Prazos de apresentação de documentos comprovativos dos requisitos mínimos

1. No prazo de 5 dias a contar da notificação da decisão de qualificação, o candidato obriga-se a apresentar os seguintes documentos:
 - a) Declaração(ões), comprovativas dos requisitos mencionados no ponto 2.1. do artigo 8º emitidas por entidades para os quais o candidato tenha prestado serviços, elaborada(s) em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ou, em alternativa, elaboradas em conformidade com modelo similar, devendo, em qualquer dos casos, ser enviado um ficheiro com a designação [declaração Anexo I – designação do candidato].pdf”;
 - b) Documentos comprovativos dos requisitos mencionados no ponto 2.2. do artigo 8º;
 - c) Cópia das declarações de IES entregues e validadas para efeitos fiscais, referente aos três últimos exercícios concluídos, ou, no caso de o candidato se ter constituído há menos de três exercícios de atividade todas as declarações de IES entregues para efeitos fiscais, e, em qualquer dos casos,

- 
- comprovativos de entrega das referidas declarações, que devem ser enviados em ficheiro informático com a designação “II [designação do candidato]_ [ano].pdf;
- d) Se aplicável, declaração bancária elaborada conforme modelo que constitui o Anexo VI do Código dos Contratos Públicos, que deve ser enviada em ficheiro com a designação “DeclaraBancária_[designação _candidato].pdf” ou no caso de o candidato ser um agrupamento, documento comprovativo de que um dos membros que o integram (instituição de crédito) possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado;
2. Nos casos em que na data-limite de submissão das candidaturas não tenha ainda expirado o prazo de apresentação da declaração de IES, referente ao último exercício concluído, os candidatos devem apresentar, com referência a esse exercício o relatório de gestão e as contas de exercício, previstos nos artigos 65º, 66º e 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, devidamente aprovados.
3. Quando, para efeitos do preenchimento do requisito de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura deve ainda, ser constituída por uma declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.

Artigo 14.º


Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa de acordo o seguintes fatores e em conformidade com o **Anexo II** ao programa do concurso:
 - a) Preço: 60%; e
 - b) Competência e experiência profissional: 40%.
2. Todos os preços propostos pelos concorrentes devem ser apresentados em euros e, se houver necessidade, serão arredondados ao cêntimo para efeitos de aplicação do critério de adjudicação previsto no n.º 1.
3. Em caso de empate na pontuação final, será aplicado como critério de desempate, sucessivamente, o preço, a pontuação do fator competência e experiência profissional e o sorteio realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes.
4. No presente procedimento inexistente leilão eletrónico.

Artigo 15.º

Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação e de supressão das irregularidades

1. O prazo de apresentação dos documentos de habilitação mencionados no nº 1 do artigo 81º do CCP é de 10 dias e o de supressão de irregularidades é de 3 dias, a contar da data da notificação respetiva.

- 
2. Caso o adjudicatário esteja registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, nos termos do artigo 6º do decreto-lei nº 72/2018, de 12 de setembro, está dispensado da apresentação dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, devendo indicar essa qualidade no prazo de apresentação dos documentos de habilitação.
 3. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado para se pronunciar por escrito, no prazo de 3 (três) dias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 86.º do referido diploma legal.

Artigo 16.º

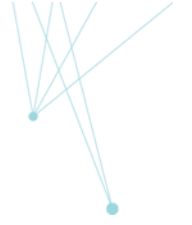
Agrupamento de concorrentes

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por um agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
2. Os membros do agrupamento adjudicatário devem igualmente subscrever declarações de nomeação de chefe do consórcio, ao qual conferirão os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato a celebrar.
3. O título constitutivo da modalidade de associação dos membros do agrupamento adjudicatário prevista no n.º 1 e as declarações referidas no número anterior devem ser apresentados pelo adjudicatário, nos termos previstos Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro e no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
4. A não apresentação dos documentos referidos no número anterior nos termos e prazos aí previstos determina a caducidade da adjudicação, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime consagrado nos n.os 2 a 4 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e no nº 3 do artigo 15.º do programa do concurso.

Artigo 17.º

Encargos

Quando existam, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito, correm por conta do adjudicatário.



ANEXO I

Minuta de declaração a prestar pelas entidades para as quais o candidato tenha prestado serviços (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º)

[•] (*identificação do(s) representante(s) legal(is) da entidade para a qual o candidato tenha prestado serviços*), [•] titular(es) do(s) bilhete(s) de identidade/cartão(ões) do cidadão n.º (s) [•], na qualidade de representante(s) legal(is) de [•] (*entidade para a qual o candidato tenha prestado serviços, número de identificação fiscal e sede*) declara, para efeitos do concurso limitado por prévia qualificação n.º **2322000129** para a celebração de um contrato para a **aquisição de serviços de consultoria de segurança informática nas camadas aplicacional e de base de dados baseadas em tecnologia Oracle**, que:

a) [•] (*identificação do candidato, ou, no caso de agrupamento candidato, do respetivo membro*), número de identificação fiscal e sede, executou, entre [•] e [•] (*indicação do período de execução contratual*), contrato de prestação de serviços tendo por objeto [•] (*indicação do objeto contratual*), ao abrigo do qual:

i) Realizou a(s) seguinte(s) tarefa(s):

- [•];
- [•];
- [•].

ii) Aplicou a(s) seguinte(s) competência(s):

- [•];
- [•];
- [•].
- [•];
- [•];
- [•].

b) Que o preço do contrato mencionado na alínea anterior foi de [•] (valor sem IVA).

[•] (local), [•] (data), [•] (*assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) das entidades para as quais o candidato ou o membro do agrupamento candidato prestou serviços*).

Anexo II

Critério de Adjudicação

(a que se refere o nº 1 do artigo 14.º do Programa do Concurso)

1. As propostas são avaliadas, para efeitos de ordenação e posterior adjudicação, de acordo com os seguintes fatores de avaliação:
 - Preço – 60 %
 - Competência e experiência profissional – 40%

Que se consubstancia na seguinte regra de cálculo:

$$P_i = P_i p \times 60\% + P_i ce \times 40\% \quad i=1 \dots N, \text{ número de propostas apresentadas}$$

Com:

P_i – Pontuação final da proposta i ;

$P_i p$ – Pontuação final da proposta i no fator “Preço global da Proposta”;

$P_i ce$ – Pontuação final da proposta i no fator “Competência e Experiência Profissional”

2. A pontuação será arredondada a três casas decimais.
3. Relativamente ao preço global, as propostas serão pontuadas segundo a seguinte expressão:

$$P_{ip} = 1 + \frac{\sqrt{100 - 100 * x_i^2}}{2,5}$$

onde x_i é fração do preço base, correspondendo a

$$x_i = \frac{P_i}{P_{base}}$$


em que:

P_i – Preço da proposta i

P_{base} – Preço base do procedimento

4. Competência e Experiência. Profissional
 - 4.1. A pontuação do fator “Competência e Experiência Profissional”, será obtida pela seguinte fórmula:

$$P_i ce = ((C.1 + \dots + C.s) \div TC)$$



Em que:

C= Competência

$i=1...N$, número de propostas apresentadas

$s=1...N$, número de Competências e experiência opcionais previstas nos nºs. 3.2 do Anexo II do caderno de encargos;

TC = Número total de Competências e experiência opcionais previstas nos nºs. 3.2 e do Anexo II do caderno de encargos;

P_{ice} = Pontuação final da proposta i no fator Competência e Experiência Profissional

4.2. O Júri vai atribuir a pontuação utilizando a seguinte escala:

Zero pontos se não possuir as competências ou experiências opcionais previstas nos nºs. 3.2 do Anexo II do caderno de encargos;

5 pontos por cada Competência ou experiência opcional prevista nos nºs. 3.2 do Anexo II do caderno de encargos;